

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

### IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2025/41521</b>	<b>54100/2025</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Unidade Administrativa		
<b>DOM - DGE [ENTRADAS]</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

#### **CPE.19.23.DMOSM - Musealização da Área das Carvalheiras - Área Arqueológica, Centro de Interpretação e Área Envolvente – 3ª Modificação Objetiva do contrato**

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, a proposta de aprovação da 3ª Modificação Objetiva do Contrato da empreitada em assunto, bem como da respetiva minuta do contrato, de acordo com os documentos anexos, que fazem parte integrante do processo.

Anexos:

Informação Técnica

Minuta do Contrato

Cabimento

Compromisso

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**



**MINUTA / 3.ª MODIFICAÇÃO OBJETIVA**

**CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.19.23.DMOSM**

**“MUSEALIZAÇÃO DA ÁREA DAS CARVALHEIRAS -**

**ÁREA ARQUEOLÓGICA, CENTRO DE INTERPRETAÇÃO E ÁREA ENVOLVENTE”**

ENTRE

**Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA**, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representada por **João Vasconcelos Barros Rodrigues**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificada por «**Dono da Obra**»;

E

**Segunda: ALEXANDRE BARBOSA BORGES, SA.**, com sede no lugar de Martim de Além, freguesia de Martim, concelho de Barcelos, 4755-307 Martim, pessoa coletiva n.º 500553408, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Barcelos sob o mesmo número, com o capital social de € 7.000.000,00 (sete milhões de euros), aqui representada por **Paulo Renato Brandão Ferreira**, na qualidade de administrador, com poderes para obrigar, conforme certidão permanente com o código de acesso: 1041-8616-6666, válido até: 28/06/2026, doravante identificada por «**Empreiteiro**».

**Considerando que:**

- a) Em 19 de fevereiro de 2024, pelos outorgantes, foi celebrado o Contrato de Empreitada n.º CPE.19.23.DMOSM, tendo por objeto a execução da obra **“MUSEALIZAÇÃO DA ÁREA DAS CARVALHEIRAS - ÁREA ARQUEOLÓGICA, CENTRO DE INTERPRETAÇÃO E ÁREA ENVOLVENTE”**, na sequência do procedimento por Concurso Público: CPE.19.23.DMOSM, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19º do *Código dos Contratos Públicos*, adjudicada por deliberação da Câmara Municipal, de 5 de fevereiro de 2024, pelo preço contratual de € 3.896.841,62 (três milhões, oitocentos e noventa e seis mil, oitocentos e quarenta e um euros e sessenta e dois cêntimos), acrescido do IVA, com o prazo de execução de 18 meses,

**DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS**

visado pelo Tribunal de Contas, em 26/04/2024 – Processo de Fiscalização Prévia n.º 747/2024.\_\_\_\_\_

- b) Relativamente à referida obra, por deliberação da câmara municipal de\_\_\_\_\_, foi autorizada e aprovada a execução de **trabalhos complementares**, bem como aprovada a **minuta** da presente modificação objetiva ao referido contrato de empreitada, nos termos e condições constantes dos artigos seguintes;\_\_\_\_\_
- c) A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa resultante desta modificação ao contrato de empreitada, a realizar no ano económico em curso, é a seguinte:\_\_\_\_\_, de acordo com a informação de cabimento n.º\_\_\_\_\_, e a informação de compromisso n.º\_\_\_\_\_, ambas de\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_É celebrada a presente modificação objetiva ao contrato de empreitada, ao abrigo do disposto no artigo 375.º do *Código dos Contratos Públicos*, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam.\_\_\_\_\_

**Artigo 1.º**

\_\_\_\_\_Os trabalhos complementares, aditados por este meio ao objeto do contrato de empreitada identificado no considerando a), nos termos do disposto no artigo 370.º do Código dos Contratos Públicos, correspondem à execução dos trabalhos a que se refere a informação do gestor do contrato, de 15 de dezembro de 2025, e mapas de trabalhos anexos, e que dele fazem parte integrante para todos os efeitos legais e contratuais.\_\_\_\_\_

**Artigo 2.º**

\_\_\_\_\_Pela execução destes trabalhos complementares o empreiteiro será retribuído com o preço de **71.067,00 € (setenta e um mil e sessenta e sete euros)**, a que acresce o IVA, a que acresce o IVA, de acordo com a referida informação que integra os mapas de trabalhos com as respetivas quantidades e preços unitários.\_\_\_\_\_

**Artigo 3.º**

\_\_\_\_\_Nesta empreitada há lugar à supressão de trabalhos, nos termos do artigo 379.º do Código dos Contratos Públicos, no valor de **41.845,34€ (quarenta e um mil oitocentos**

**e quarenta e cinco euros e trinta e quatro cêntimos)**, de acordo com a dita informação que integra o mapa de trabalhos com as respetivas quantidades e preços unitários.\_\_\_\_\_

**Artigo 4.º**

\_\_\_\_\_.1. Para garantia da celebração da presente modificação objetiva ao contrato, bem como do exato e pontual cumprimento dos trabalhos aditados por este meio, o empreiteiro prestou uma caução, no montante de € ..... (.....), mediante....., emitida pelo.....em....., correspondente a 5% do valor dos referidos trabalhos complementares.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_.2. Para reforço da caução prestada, proceder-se-á à retenção de 5% no pagamento a efetuar, nos termos do disposto no artigo 353.º do Código dos Contratos públicos.\_\_\_\_\_

**Artigo 5.º**

\_\_\_\_\_.O prazo de execução da empreitada é prorrogado, por um período de **28 dias**, conforme consta da informação do gestor do contrato.\_\_\_\_\_

**Artigo 6.º**

\_\_\_\_\_.Salvo o disposto em contrário na presente modificação ao contrato, tudo o mais se regerá pelo disposto no título contratual e pelos documentos que integram o âmbito da sua disciplina, mantendo-se inalterados os respetivos pressupostos.\_\_\_\_\_

**Artigo 7.º**

\_\_\_\_\_.A presente modificação ao contrato de empreitada entra em vigor na data da sua assinatura, sem prejuízo da sua fiscalização concomitante pelo Tribunal de Contas, nos termos do disposto na alínea d), do n.º 1, do artigo 47.º, da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_.Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lida e achada conforme, vão eles assinar digitalmente a presente modificação ao contrato de empreitada, considerando-se a data efetiva da sua celebração a data de aposição da última assinatura.\_\_\_\_\_

**Pelo Dono da Obra,**

**Pelo Empreiteiro,**

\_\_\_\_\_  
(João Vasconcelos Barros Rodrigues)

\_\_\_\_\_  
(Paulo Renato Brandão Ferreira)